crea BAHIA

Revista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia

Nº 32 • jul • ago • set • 2010

Impresso Especial
CREA-BA
CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

SALVADOR NO LIMITE

Desde a sua fundação, a capital baiana sofre com um histórico processo de urbanização desenfreada•

Universidades privadas: desnacionalização em curso

PAULO ORMINDO DE AZEVEDO*

Não obstante a nossa primeira universidade, a USP, ter pouco mais de 70 anos, fizemos um grande progresso na formação de pessoal e produção científica e cultural nesse período. Em 1965, as universidades públicas eram responsáveis por 65% da formação universitária. Os restantes 35% eram supridos por universidades e faculdades privadas, na sua maioria confessionais.

Sem investimentos nas públicas, as privadas já eram, em 2004, responsáveis por 75% dessa formação, e as públicas por apenas 25%. O ensino superior havia virado um negócio. Não obstante este quadro, as universidades públicas são responsáveis por 90% da pesquisa e formação de mestres e doutores. A responsável por isto foi a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, espelho de acordos firmados pelo Brasil com a Organização Mundial do Comércio, FMI e Bird.

Nos últimos anos, três dos maiores centros universitários baianos foram comprados por grupos norte-americanos. O Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge hoje pertence à Whitney International University System, com sede em Dallas, Texas, e possuidora de universidades em toda a América Latina, norte da África e Oriente Médio. As Faculdades Ruy Barbosa foram vendidas para o grupo Fanor, que tem como sócio principal DeVry, grupo com atuação em 30 países. Por último, a Unifacs foi vendida para a Laureate International Universities, que já controla oito outras universidades brasileiras e mais 50 em outros países.

Estes centros foram criados com isenções fiscais e financiamentos públicos, com professores-doutores formados nas universidades públicas, e bolsas para pesquisadores e estudantes. São patrimônios educacionais e culturais que estão sendo negociados no exterior e desnacionalizados sem que nos demos conta.

Os processos de dominação se iniciam incutindo valores, comportamentos e simbologias. Não foi por outra razão que a conquista da América se fez mediante a catequese, na rede de colégios e aldeias jesuíticas, sob o pretexto da evangelização. Vamos convir que a ofensiva atual não é apenas comercial, ela tem história. Logo após 64, os EUA fizeram a primeira tentativa de intervenção na universidade brasileira com o convênio MEC/USAID visando privatizá-la, fechar a UNE e criar lideranças alinhadas com seus objetivos geopolíticos e ideológicos.

Com a globalização assimétrica, o ensino superior no País passou a ser tratado pelo Acordo Geral sobre Comércio de Serviços, GATS, no âmbito do OMC, como uma atividade puramente econômica, aberta ao capital estrangeiro. Mas a soberania da nação exige que, para publicar um jornal ou TV, a empresa deve ter pelo menos 70% de capital nacional. O Cade limita os abusos do poder econômico, impedindo fusões de empresas que resultem em oligopólios. É lamentável que numa área tão sensível como a criação de uma consciência nacional e formação de lideranças políticas e empresariais não haja nenhuma restrição ao controle estrangeiro.

Paulo Ormindo é arquiteto, professor titular da Ufba, diretor do Crea-BA e ex-presidente do IAB-BA.